

LEIS EDUCACIONAIS DA MORDAÇA NOS CAMPUS AMERICANOS: LIÇÕES DO ESTADO DA FLÓRIDA

*EDUCATIONAL GAG ORDERS ON U.S. CAMPUSES: LESSONS FROM THE STATE OF
FLORIDA[1]*

 <https://orcid.org/0009-0005-0312-285X> Jeffrey Aaron Snyder **A**

 <https://orcid.org/0009-0000-8125-4691> Amna Khalid **B**

A Carleton College, Northfield, Minnesota, USA

B Carleton College, Northfield, Minnesota, USA

Recebido em: 18 abr 2024 | **Aceito em:** 04 jul 2024

Correspondência: Jeffrey Aaron Snyder (jsnyder@carleton.edu)

Resumo

Este artigo analisa o estado da Flórida como um caso de estudo dos ataques conservadores da "guerra cultural" aos colégios e universidades públicas. As leis contra a teoria racial crítica na Flórida e noutros locais estão a minar a liberdade académica e a corroer a autonomia das instituições de ensino superior. Com foco na Lei Stop WOKE da Flórida, a análise é baseada em pesquisas que os autores realizaram como bolsistas do Centro Nacional de Liberdade de Expressão e Engajamento Cívico da Universidade da Califórnia durante o ano acadêmico de 2022/23.

Palavras-chave: "guerra cultural"; liberdade académica; conservadorismos.

Abstract

This article looks at Florida as a case study for the conservative "culture wars" attacks on public colleges and universities. Anti-critical race theory laws in Florida and elsewhere are undermining academic freedom and eroding the autonomy of higher education institutions. Focusing on Florida's Stop WOKE Act, the analysis is based on research the authors conducted as fellows with the University of California National Center for Free Speech and Civic Engagement during the 2022/23 academic year.

Keywords: "culture wars"; academic freedom; conservatism.



Introdução

O estado da Flórida é o marco zero dos ataques conservadores da "guerra cultural" contra a educação pública. É um dos 11 estados que aprovaram leis que visam expressamente a liberdade de ensino em faculdades e universidades públicas. A PEN América caracterizou apropriadamente essas leis como "leis educacionais da mordça" que "restringem o ensino de temas como raça, gênero, história americana e identidades LGBTQ+" (Young; Sachs; Friedman, 2021). Elas representam uma séria ameaça à liberdade acadêmica e à integridade básica do ensino superior público.

Este capítulo baseia-se na pesquisa que realizamos como bolsistas do Centro Nacional de Liberdade de Expressão e Engajamento Cívico da Universidade da Califórnia durante o ano acadêmico de 2022/23. No decorrer de nossa pesquisa sobre a Lei "Stop WOKE" e outras leis de ensino superior recentemente aprovadas na Flórida, realizamos entrevistas com mais de uma dúzia de membros do corpo docente que leciona nas universidades públicas da Flórida. A Flórida é um estado fundamental a ser examinado, não apenas porque seu sistema de ensino superior público é um dos maiores dos Estados Unidos, mas também porque seu modelo de reforma do ensino superior se tornou referência para outros estados. [i]

O pano de fundo histórico

A ideia de que as escolas públicas estão doutrinando as crianças com uma perigosa agenda antiamericana, que é o cerne do atual movimento anti-Teoria Crítica da Raça (TCR), não é exclusiva da nossa época. Desde o advento das escolas públicas em meados do século XIX, pais e cidadãos de todas as origens e orientações políticas acusam as escolas públicas de doutrinar seus filhos. No século passado, entretanto, os conservadores religiosos brancos têm sido o contingente mais barulhento e bem-organizado, argumentando vigorosamente que o ensino nas escolas públicas prejudica os valores e as crenças "tradicionais". É possível acompanhar esse movimento conservador de guerra cultural desde a oposição ao ensino das teorias evolutivas na década de 1920 e as campanhas contra os livros didáticos "antiamericanos" na década de 1950 até as cruzadas contra a educação sexual na década de 1970 e as atuais campanhas anti-TCR.

Desde que assumiu o cargo, em janeiro de 2019, o governador da Flórida Ron DeSantis adotou a reforma educacional, especialmente a luta contra a "doutrinação da lacração"^[1], como a marca registrada de seu fazer político. O ativista conservador Christopher Rufo é assessor de DeSantis e o principal arquiteto da cruzada anti-TCR. Em um vídeo recente, Rufo disse que já era hora de os conservadores se organizarem para "recapturar o território" dos ideólogos de esquerda, que supostamente dirigem às faculdades e universidades públicas. Eis como ele descreveu o cenário político do ensino superior em um vídeo do YouTube de janeiro de 2023:

Uma coisa que eu quase admiro na esquerda política é o fato de que eles querem alcançar o domínio e nada menos que o domínio. Portanto, acho que é justo dizer que há um domínio ideológico de esquerda em todas as universidades públicas da Flórida e, na verdade, em praticamente todas as universidades públicas dos Estados Unidos. Elas estão saturadas de diversidade, equidade e inclusão; estão saturadas de teoria crítica ou teoria neomarxista; estão saturadas de teoria queer. Tirando a política de identidade do espaço ativista e dando-lhe um disfarce por meio de uma linguagem altamente abstrata. Quando se junta tudo isso, trata-se de ativismo político de esquerda.... sob o disfarce de estudo acadêmico (RUFO, 2023)

A retórica de Rufo é devedora de uma longa e repugnante história de "sustos vermelhos", "sustos lavanda" e reação branca às conquistas dos direitos civis. De acordo com Robert Cassanello, historiador da Universidade da Flórida Central, os ativistas e políticos de direita retornam continuamente ao mesmo poço, mergulhando em um reservatório de medo e ansiedade em relação ao "Outro" - comunistas, socialistas, radicais, ativistas de direitos civis, "homossexuais" e professores. "É algo semelhante", disse Cassanello (2023):

Essa ideia de que existem esses Outros e que esses Outros estão tornando sua vida miserável dessas maneiras. Portanto, acho que essa estrutura retórica é consistente em todos esses períodos diferentes. O Outro não são apenas os grupos marginalizados. Os professores universitários são o Outro, a comunidade universitária é o Outro... esse tipo de coisa estranha, ideias estranhas, ideias antiamericanas, tudo isso germina na comunidade do campus. Então, dessa forma, acho que é isso que está conectando tudo isso. Todos nós temos alvos em nossas costas.

Paul Ortiz, professor de história da Universidade da Flórida, descreveu um longo histórico de caça às bruxas em seu campus: "Nosso campus tem um histórico de professores demitidos por criticarem Robert E. Lee, criticarem a secessão do Sul, serem

lésbicas ou gays, até mesmo por serem acusados por alunos de serem lésbicas ou gays."[ii] O Comitê Johns desempenhou um papel central na repressão à liberdade de expressão no campus. Aproveitando a onda do macartismo, esse comitê foi criado em 1956 para investigar o suposto papel dos comunistas e outros "subversivos" na NAACP. Ao longo dos nove anos seguintes, o comitê se interessou especialmente pelos campus universitários, tendo como alvo estudantes e professores envolvidos no crescente Movimento dos Direitos Civis, bem como membros da comunidade do campus que se presumia serem homossexuais. Como Ortiz (2023) explicou:

Quando falamos sobre a experiência do corpo docente LGBT aqui [na Universidade da Flórida], temos aposentados que podem lhe contar como era ser um membro do corpo docente aqui nos anos cinquenta. Basicamente, a forma como isso funcionava era muito insidiosa. Um dia, como membro do corpo docente, você recebia uma ligação do chefe do nosso departamento de polícia, o chefe de polícia. Temos os roteiros. Isso foi feito em museus locais. É realmente poderoso, vai levá-lo às lágrimas, porque o roteiro era bem básico. Era o chefe ligando para você e dizendo: "Um de seus alunos o denunciou por andar de forma estranha na sala de aula e quero que você venha até aqui para responder a algumas perguntas. E você tem uma escolha: ou vem à minha sala e responde a essas perguntas, ou eu ligo para o jornal diário e digo que você é homossexual. Eles publicarão um artigo devastador sobre você. Foi assim que aconteceu.

Pelo menos 39 membros do corpo docente e reitores foram expulsos de faculdades e universidades da Flórida devido à suposta atividade homossexual no final dos anos 1950 e 1960. Esse número não leva em conta o "terror de ser perseguido pelo seu próprio governo" ou o "tempo gasto imaginando quem sabia do seu segredo e quem poderia contá-lo" (ORTIZ, 2023).

DeSantis transforma o cenário do ensino superior da Flórida

Nos últimos anos, a Flórida aprovou uma grande variedade de leis que infringem a liberdade acadêmica. O Projeto de Lei 233 da Câmara, aprovado em 2021, permite que os alunos gravem secretamente as palestras de seus professores para uso em ações[iii] disciplinares ou legais. O Projeto de Lei do Senado 7044, aprovado em 2022, exige que os programas de estudo e as listas de leitura de todos os cursos de universidades públicas sejam publicados em um local acessível ao público com pelo menos 45 dias de antecedência do início das aulas[iv]. O projeto de lei 520 do Senado, também promulgado em 2022, reduz a transparência das pesquisas presidenciais em faculdades e universidades estaduais, permitindo que as escolas mantenham as

identidades dos candidatos em segredo até a fase de finalistas[v]. No outono de 2022, Ben Sasse, ex-senador republicano de Nebraska, foi o único finalista anunciado em uma pesquisa presidencial na Universidade da Flórida. Ele conseguiu o cargo apesar da oposição significativa de alunos e professores.

O projeto de lei 7 da Câmara, também conhecido como “Stop WOKE Act”, foi sancionado em abril de 2022. É uma conquista marcante para o governo DeSantis e, sem dúvida, o mais conhecido de todos os projetos de lei anti-TCR que foram aprovados em todo o país.

O modelo para a maior parte da legislação anti-TCR no molde da Lei “Stop WOKE” vem de uma Ordem Executiva emitida pelo governo Trump em setembro de 2020. A "Ordem Executiva de Combate a Estereótipos Raciais e Sexuais" afirmava que uma "ideologia maligna" estava se instalando nos Estados Unidos, uma "enraizada na crença perniciosa e falsa de que a América é um país irremediavelmente racista e sexista". A Ordem Executiva proibiu a inclusão de nove dos chamados "conceitos divisivos" em qualquer programa de treinamento de funcionários federais. Aqui estão três dos conceitos considerados fora dos limites:

- "um indivíduo, em virtude de sua raça ou sexo, é inerentemente racista, sexista ou opressor, seja consciente ou inconscientemente"
- "um indivíduo deve ser discriminado ou receber tratamento adverso somente ou em parte por causa de sua raça ou sexo"
- "qualquer indivíduo deve sentir desconforto, culpa, angústia ou qualquer outra forma de sofrimento psicológico por causa de sua raça ou sexo"[vi]

Com o apoio de grupos de reflexão conservadores, como a Heritage Foundation, o Manhattan Institute e o Goldwater Institute, Rufo liderou o esforço para traduzir a estrutura de "conceitos divisivos" da Ordem Executiva de Trump em leis estaduais.

Seguindo o modelo da ordem executiva de Trump, a PLC 7, a "Lei da Liberdade Individual", comumente chamada de "Lei Stop WOKE", estipula que os professores não podem "defender, promover, promover, inculcar ou obrigar os indivíduos a acreditarem" em oito conceitos que "constituem discriminação com base em raça, cor, sexo ou origem nacional". Por exemplo: ecoando a linguagem da Ordem Executiva, o PLC 7 estipula que os professores não podem promover o conceito de que "uma pessoa, em virtude de sua raça, cor, identidade nacional ou sexo, é inerentemente racista, sexista ou opressiva, seja consciente ou inconscientemente".[vii]

Se um instrutor violar a lei, ele poderá perder o emprego. Além disso, se a universidade não submeter o membro do corpo docente à punição "apropriada", a instituição poderá perder milhões de dólares em financiamento anual do estado.

O PLC 7 já teve sérios efeitos inibidores sobre os membros do corpo docente, especialmente os que não têm estabilidade e os que atuam nas áreas de ciências humanas e ciências sociais interpretativas. "O Stop WOKE Act é uma combinação sinistra de Orwell e Kafka", disse-nos Jeffrey Adler, professor de história da Universidade da Flórida, acrescentando que há "mandatos sobre o que não devemos fazer e sobre o que não devemos dizer", mas os detalhes permanecem frustrantemente amorfos (ADLER, 2023).

Frank Fernandez, professor assistente de administração e política de ensino superior na Universidade da Flórida, disse: "A lei é vaga, mas a mensagem é clara" (FERNANDEZ, 2022). E a mensagem é que os membros do corpo docente devem evitar tópicos relacionados à raça, ao racismo e à desigualdade social. De acordo com Andrew Gothard, presidente do Sindicato do Corpo Docente Unido da Flórida, dezenas de professores compartilharam com ele como estão discretamente abandonando tópicos, alterando programas de estudo e até cancelando cursos inteiros por temerem pela segurança de seus empregos

No outono de 2022, o professor de Sociologia da Universidade da Flórida Central, Jonathan Cox, cancelou dois cursos que incluíam leituras que desafiavam a afirmação de que os EUA são uma sociedade daltônica. Veja como Cox, um professor assistente com estabilidade no cargo, explicou sua decisão: "Alguém que nem está matriculado na aula pode vir atrás de mim. Alguém vê o catálogo do curso e reclama com um legislador. Quando eu me der conta, estarei desempregado" (GOLDEN, 2023).

O presidente do departamento de Cox disse que é uma tragédia que aulas como essa sejam canceladas. No semestre do outono de 2022, o departamento de Sociologia da Universidade da Flórida Central ofereceu 39 cursos. Nenhum deles tinha como foco principal a temática racial.

Quando os professores se sentem intimidados, os alunos são os que mais têm a perder. Veja como Fernandez captou essa dinâmica para os alunos de sua área:

Não é possível se formar em um programa de administração de ensino

superior sem se deparar com a teoria racial crítica. Não me importa se você acredita nela, mas precisa conhecê-la. Sinto que seria negligência educacional de minha parte se eu não ensinasse teorias ou perspectivas que são reconhecidas como importantes e fundamentais para que os alunos tenham conhecimento para fazer pesquisas e conseguir empregos (FERNANDEZ, 2022).

A Lei “Stop WOKE” não está passando sem contestação. A Fundação para os Direitos Individuais na Educação entrou com uma ação judicial contra a lei, assim como a ACLU em colaboração com o Fundo de Defesa Legal da NAACP. Em novembro de 2022, o juiz do tribunal distrital dos EUA, Mark Walker, concedeu uma liminar temporária contra a Lei “Stop WOKE”, alegando que ela viola o direito à liberdade de expressão da primeira emenda e o direito ao devido processo legal da 14ª emenda. Walker escreveu:

De acordo com essa lei, os professores desfrutam de "liberdade acadêmica" desde que expressem apenas os pontos de vista que o Estado aprova. Isso é positivamente distópico...em nome do combate à "doutrinação" de uma ortodoxia percebida, o Estado permite a "doutrinação" em sua ortodoxia preferida. Nossos professores são essenciais para uma democracia saudável. Se [eles] forem não for permitido evocar ideias desafiantes, então a democracia morrerá em silêncio (WALKER, 2022).

O estado recorreu formalmente da liminar e um tribunal federal de apelações negou um pedido do governo DeSantis para bloquear a liminar enquanto se aguarda a apelação (KHALID, 2022).

A Lei “Stop WOKE” pode ter sido suspensa, mas outra parte importante da legislação de ensino superior da Flórida - o PLS 266^[1] - continua em vigor. Assinada como lei em 15 de maio de 2023, o PLS 266, entre outras disposições:

- estipula que os cursos básicos de educação geral "não podem distorcer eventos históricos significativos ou incluir um currículo que ensine políticas de identidade" ou ser "baseados em teorias de que o racismo sistêmico, o sexismo, a opressão e o privilégio são inerentes às instituições dos Estados Unidos e foram criados para manter as desigualdades sociais, políticas e econômicas"[viii]

- dá poderes ao presidente da universidade para determinar as opções de
- contratação do corpo docente e observa que o presidente não está vinculado às recomendações do corpo docente ou de qualquer outra pessoa.
- elimina quaisquer vias de recurso para queixas do corpo docente além do nível do presidente da universidade, inclusive nas "áreas de avaliações, promoções, posse, disciplina ou demissão". A decisão do presidente é final, não deixando espaço para arbitragem por sindicatos de professores ou outras partes.
- autoriza a criação do Adam Smith Center for the Study of Economic Freedom na Florida International University e do Hamilton Center for Classical and Civic Education como uma unidade acadêmica na Universidade da Flórida com o objetivo expresso de "apoiar o ensino e a pesquisa sobre as ideias, tradições e textos que formam os fundamentos da civilização ocidental e americana"
- proíbe qualquer universidade estadual de exigir "qualquer declaração, promessa ou juramento que não seja o de defender a lei geral e federal, a Constituição dos Estados Unidos e a Constituição do Estado como parte de qualquer processo de admissão, contratação, emprego, promoção, posse, disciplinar ou avaliação" (o objetivo não declarado aqui é proibir o uso de declarações de diversidade para contratação e promoção de professores)

Em termos claros, o PLS 266 é um ataque total aos componentes principais da liberdade acadêmica: *conhecimento especializado, autonomia e governança* do corpo docente.

A "Declaração de Princípios sobre Liberdade Acadêmica e Posse Acadêmica", publicada pela Associação Americana de Professores Universitários (AAUP) em 1915, delinea três domínios que devem ser protegidos pela liberdade acadêmica: ensino, pesquisa e discurso extramuros. O ponto crucial dessa declaração é a afirmação de que os professores devem poder realizar suas pesquisas e lecionar livres de interferência política, pois são especialistas cujo trabalho profissional promove o conhecimento

Revista Interinstitucional Artes de Educar. Rio de Janeiro, V. 10, N. 2, mai. - ago. de 2024: "Dossiê: Os Direitos Humanos e a Liberdade de Ensinar, Aprender e Pesquisar". DOI: <https://doi.org/10.12957/riae.2024.83657>

humano e contribui para o bem comum. A interferência política, explicou a AAUP, pode assumir diferentes formas, incluindo os "interesses adquiridos" dos administradores, as "considerações políticas" dos legisladores (no caso de instituições públicas) e os "impulsos inconsiderados do sentimento popular". A AAUP observou apropriadamente que qualquer opinião que se afastasse dos "padrões convencionais" "provavelmente seria vista com desconfiança" por um ou mais desses grupos. Vale a pena mencionar que todos esses três fatores estão convergindo no caso da Flórida.

A Declaração de 1915 colocou a governança do corpo docente no centro da liberdade acadêmica, afirmando que os professores são os principais responsáveis por questões educacionais que vão desde o currículo até a contratação e promoção. A universidade, de acordo com o relatório, deve ser um "refúgio inviolável" contra a "tirania do governante" e a "tirania da opinião pública". O conhecimento e a competência profissional devem ser a moeda do reino.[ix]

A liberdade acadêmica não tem sentido se o corpo docente for a) proibido de ensinar conteúdos específicos e b) excluído do processo de contratação de professores. Os presidentes e administradores simplesmente não têm o conhecimento necessário para intervir nas decisões curriculares ou para fazer julgamentos sobre as necessidades e exigências dos departamentos e programas acadêmicos.

Democracia em ação?

Para políticos, estrategistas e especialistas conservadores, o modelo de reforma do ensino superior do governador Ron DeSantis é a (EDSALL, 2023). Como declarou uma manchete de 2023 da *National Review*: "DeSantis está colocando o público de volta nas universidades públicas"(KURTZ, 2023).

Em uma entrevista para o *New York Times*, o escritor conservador Nate Hochman defendeu o PLS 266 da seguinte forma:

Eu sou um fã. Acho que o projeto de lei está correto quanto aos méritos, mas também não reconheço as alegações de "autoritarismo" que são feitas sobre esses e outros esforços relacionados de DeSantis no que se refere à reforma do ensino superior. Pelo contrário, isso é democracia em ação... Estamos falando de instituições estatais ou financiadas pelo Estado, e DeSantis e o Legislativo da Flórida são os representantes que os eleitores da Flórida (de forma esmagadora!) elegeram para governar essas instituições. Sugerir que elas deveriam ser isoladas da supervisão, reforma ou prestação de contas aos

legisladores eleitos é rejeitar um princípio básico da autodeterminação democrática - que os eleitores, por meio dos representantes que elegeram, tenham a palavra final sobre como o dinheiro de seus impostos é gasto (EDSALL, 2023).

A retórica da responsabilidade democrática das instituições públicas tem um apelo poderoso. Mas vale a pena perguntar o que a palavra "público" de fato significa. Como explica o professor de inglês da Universidade de Columbia, Bruce Robbins, a palavra "público" contém ambiguidades significativas. Parafrazeando Robbins, "público" pode se referir ao que é *decidido* ou *gerenciado* pela comunidade, bem como ao que está *disponível* ou é feito a *serviço da* comunidade. O primeiro enfatiza o controle público, enquanto o segundo enfatiza o acesso público (ROBBINS, 2007).

O "público" no ensino superior público tem a ver principalmente com o *acesso* a faculdades e universidades que se dedicam a *atender o* público. É claro que os membros do público devem ter uma palavra a dizer na formação das faculdades públicas. Mas aqueles que têm a experiência necessária, ou seja, os membros do corpo docente, devem estar na vanguarda quando se trata de tomar decisões sobre ensino e pesquisa. Como a AAUP vem defendendo há mais de um século, a autonomia do corpo docente é essencial para que as faculdades permaneçam fiéis à sua missão de gerar e disseminar conhecimento.[x]

Em 2019, Tom Nichols, redator da equipe da *Atlantic*, alertou que o desdém do presidente Donald Trump pelo conhecimento especializado sobreviveria ao seu governo (NICHOLS, 2019). Com certeza, seguindo os passos de Trump, DeSantis está construindo um ataque agressivo ao conhecimento especializado, retirando os poderes de tomada de decisão que os professores têm exercido com relação a questões educacionais críticas.

A retórica populista dá um verniz de retidão ao modelo DeSantis de reforma do ensino superior. Considere esta declaração de Christopher Rufo: "Acredito em um novo conservadorismo intransigente que tenta restaurar a autoridade do povo sobre seu governo - e acabar com a captura institucional acordada." (RUFO, 2023). Para DeSantis, Rufo e outros cruzados contra a "pauta WOKE", os campi são, antes de tudo, campos de batalha de guerra cultural - e eles não têm escrúpulos em usar táticas de terra arrasada.

Rufo foi um dos seis novos administradores conservadores nomeados para o New College of Florida em 2022, uma faculdade pública de artes liberais em Sarasota que o governo DeSantis está determinado a transformar na "Hillsdale do Sul" (RUFO, 2023). Eis como Rufo (2023) descreveu a mudança radical que está por vir: "Fecharemos departamentos acadêmicos de baixo desempenho e ideologicamente capturados e contrataremos novos professores. O corpo discente será recomposto com o tempo: alguns alunos atuais se auto selecionarão, outros se formarão; recrutaremos novos alunos que estejam alinhados com a missão". Como bem disse um comentarista do Twitter: "Isso é alguma bosta da era soviética" (GABRIELE, 2023).

Rufo não tem paciência para os poderes de persuasão quando o poder bruto é suficiente. Depois que o psicólogo Steven Pinker, da Universidade de Harvard, criticou as medidas pesadas para reformular o New College, Rufo (2023) respondeu: "Desculpe, amigo... Nós estamos no comando agora". Rufo e os outros administradores recém-empossados já conseguiram substituir o presidente da faculdade e abolir o escritório de diversidade da faculdade, dando os primeiros passos no que Rufo (2023) descreveu como a "aquisição hostil" da New College.

A reforma do ensino superior na Flórida não é um esforço de boa-fé para colocar o público de volta nas universidades públicas. Na verdade, ela imagina que os contribuintes adultos são os únicos membros do público que contam - e confunde *responsabilidade* pública com *controle* público. Como contribuintes, responsabilizaremos nossa cidade pela manutenção das estradas locais, mas não diremos às equipes de construção que tipo de asfalto usar quando os buracos precisarem ser consertados.

O bem público é prejudicado quando as faculdades estaduais são governadas por ditames que dizem aos professores o que eles podem ou não ensinar. Quando legisladores e nomeados políticos são encarregados das decisões curriculares e de contratação, a qualidade do ensino superior público está fadada a sofrer. Com a intervenção do Estado nos moldes de DeSantis, as faculdades da Flórida realmente estarão no negócio da doutrinação.

O que acontece na Flórida não fica na Flórida

Muitos conservadores veem a Flórida como um exemplo para outros estados no que diz respeito à transformação de faculdades e universidades. Essa é uma perspectiva assustadora. Como Andrew Gothard disse recentemente em um artigo para a *Inside Higher Ed*, "Ao contrário de Las Vegas, o que acontece na Flórida não fica na Flórida."^[xi] De fato, em dezembro de 2023, vários estados introduziram legislações que são diretamente informadas pela agenda de ensino superior de DeSantis. O PLC 1115 do Tennessee daria à Comissão de Ensino Superior do Tennessee, um grupo nomeado pelo governador e pela Assembleia Geral, a autoridade para encerrar programas acadêmicos de universidades públicas. No Missouri, o PLS 410 tem como alvo as "ideologias DEI", definidas como qualquer tópico que trate de "antirracismo, preconceito implícito, igualdade na saúde e quaisquer outras instruções relacionadas que promovam tratamento diferenciado com base em raça, gênero, religião, etnia e preferência sexual". Se aprovada, as faculdades e universidades públicas do Missouri não poderão exigir que os alunos "respondam a qualquer pergunta" relacionada a esses tópicos.

Na Carolina do Norte, legisladores republicanos propuseram uma legislação que autorizaria o Conselho de Governadores a avaliar regularmente e eliminar áreas de estudo "desnecessárias ou redundantes".^[xii] No Texas, o PLS 18 busca eliminar a posse para novas contratações do corpo docente.^[xiii] E em Ohio, o PLS 83 visa a teoria crítica da raça, estudos de gênero, iniciativas de diversidade e inclusão, bem como proteções de posse e o processo de contratação de professores.^[xiv]

Estamos testemunhando uma tentativa sem precedentes por parte dos legislativos estaduais de restringir o que pode ser ensinado nas faculdades e universidades públicas. Ellen Schrecker, professora emérita de história da Yeshiva University, nos disse que o que está acontecendo na Flórida e em outros estados é pior do que o que aconteceu nos campi durante a era McCarthy. (Schrecker literalmente escreveu o livro sobre esse último assunto, *No Ivory Tower: McCarthyism & the Universities*). Como Schrecker (2023) explicou em um artigo recente, "o medo vermelho da década de 1950 marginalizou a dissidência e esfriou os campi do país, mas não interferiu em questões como currículo ou ensino em sala de aula".

Embora tenha havido movimentos para banir palestrantes e organizações do campus - notadamente indivíduos e organizações comunistas durante a Guerra Fria -, a proibição da expressão de ideias é uma característica distintiva do nosso momento atual. "A educação", alertou a AAUP em um relatório de 2007, "não pode prosperar em uma atmosfera de suspeita e vigilância incentivada pelo Estado".^[1] Muitos ativistas e legisladores conservadores estão passando por cima desse princípio básico. Eles parecem ter esquecido que a liberdade acadêmica e a autonomia do corpo docente foram o que ajudou a tornar o sistema de ensino superior dos EUA invejado em todo o mundo.

Referências

ASSOCIAÇÃO AMERICANA DE PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS. 1915 Declaration of Principles on Academic Freedom and Academic Tenure (Declaração de Princípios sobre Liberdade Acadêmica e Posse Acadêmica. 1915. Disponível em: <https://www.aaup.org/NR/rdonlyres/A6520A9D-0A9A-47B3-B550-C006B5B224E7/0/1915Declaration.pdf>. Acesso em 21 de mar de 2024.

ASSOCIAÇÃO AMERICANA DE PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS. Freedom in the Classroom (Liberdade na sala de aula). Setembro-Outubro de 2007 Disponível em: <https://www.aaup.org/file/ACASO07FreedomClassrmRpt.pdf>. Acesso em 21 de mar de 2024.

ATTEBURY, Andrew. Administradores conservadores destituem o presidente do New College da Flórida em meio à revisão da liderança. Politico. Disponível em: <https://www.politico.com/news/2023/01/31/florida-new-college-conservative-trustees-00080541>. Acesso em 21 de mar de 2024.

EDSALL, Thomas B. The Death Knell for Higher Education in Florida". *The New York Times*. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2023/03/08/opinion/desantis-florida-history-colleges.html>. Acesso em 21 de mar de 2024.

GABRIELE, Matt (@prof_gabriele). 2023. "Esta é uma merda da era soviética". Twitter. Disponível em: https://twitter.com/prof_gabriele/status/1631006995292606484?s=20. Acesso em 21 de mar de 2024.

GOLDEN, Daniel. "Muzzled by DeSantis, Critical Race Theory Professors Cancel Courses or Modify Their Teaching" [Amordaçados por DeSantis, professores de teoria racial crítica cancelam cursos ou modificam seu ensino]. ProPublica. Disponível em: <https://www.propublica.org/article/desantis-critical-race-theory-florida-college-professors>. Acesso em 21 de mar de 2024.

GOTHARD, Andrew. "O que acontece na Flórida..." Insider Higher Ed. Disponível em: <https://www.insidehighered.com/views/2023/02/07/floridas-public-universities-are-under-assault-opinion>. Acesso em 21 de mar de 2024.

KURTZ, Stanley. DeSantis está colocando o público de volta nas universidades públicas. National Review. Disponível em: <https://www.nationalreview.com/corner/desantis-is-putting-the-public-back-in-public-universities/>. Acesso em 21 de mar de 2024.

NICHOLS, Tom. In Trump's World, Reality Is Negotiable" [No mundo de Trump, a realidade é negociável]. The Atlantic. Disponível em: <https://www.theatlantic.com/politics/archive/2019/01/donald-trump-rejects-expertise/579808/>. Acesso em 21 de mar de 2024.

ROBBINS, Bruce. Public. In: BURGETT, Brune; Hendler, GLENN (Eds.) Keywords for American Cultural Studies. 2007. Disponível em: <https://keywords.nyupress.org/american-cultural-studies/essay/public/>. Acesso em 21 de mar de 2024.

RUFO, Christopher F. The Conservative Counter-Revolution Begins in the Universities [A Contra-Revolução Conservadora Começa nas Universidades]. Vídeo do YouTube, 2:56. 2023. Disponível em: <https://youtu.be/gOfsRQyHAg>. Acesso em 21 de mar de 2024.

RUFO, Christopher F. "Recapturing Higher Education" [Recapturando o ensino superior]. City Journal. Disponível em:

<https://www.city-journal.org/article/recapturing-higher-education>. Acesso em 21 de mar de 2024.

RUFO, Christopher F. (@realchrisrufo). Boomers como Steven Pinker presidiram o colapso dos padrões acadêmicos que durou décadas. Agora eles querem dar palestras hipócritas sobre 'como não consertar a academia. Twitter. 2023. Disponível em: <https://twitter.com/realchrisrufo/status/1619731451767066634?s=20>. Acesso em 21 de mar de 2024.

RUFO, Christopher F. (@realchrisrufo). 2023. Acredito em um novo conservadorismo intransigente que tenta restaurar a autoridade do povo sobre seu governo - e acabar com a captura institucional. A República ainda não está morta. Temos o dever de fazer tudo o que pudermos para salvá-la." Twitter. 2023. Disponível em: <https://twitter.com/realchrisrufo/status/1630604832661975040?lang=en>. Acesso em 21 de mar de 2024.

RUFO, Christopher F. (@realchrisrufo). Fecharemos departamentos acadêmicos de baixo desempenho e ideologicamente capturados e contrataremos novos professores. O corpo discente será recomposto com o tempo. Twitter. 2023. Disponível em: <https://twitter.com/realchrisrufo/status/1630604192539881473?s=20>. Acesso em 21 de mar de 2024 .

SACHS, Jeffrey Adam; YOUNG, Jeremy C.; FRIEDMAN, Jonathan Friedman, From Classroom Censorship to Curricular Control, (blog), PEN America. Disponível em: <https://pen.org/from-classroom-censorship-to-curricular-control/>. Acesso em 21 de mar de 2024.

SACHS, Jeffrey Adam e Jeremy C. Young "America's Censored Classrooms 2023" PEN America. Disponível em: <https://pen.org/report/americas-censored-classrooms-2023/>. Acesso em 21 de mar de 2024.

SHRECKER, Ellen. Sim, esses projetos de lei são o novo McCarthyism". Blog da Academe, Revista Academe. Disponível em: <https://academeblog.org/2021/09/12/yes-these-bills-are-the-new-mccarthyism/>.

Acesso em 21 de mar de 2024.

STRIPLING, Jack. Líder de diversidade de faculdade da Flórida destituído: 'Eu sou a primeira vítima. The Washington Post. Disponível em: <https://www.washingtonpost.com/education/2023/03/10/new-college-diversity-officer-fired/>. Acesso em 21 de mar de 2024. .

Documentos oficiais e legais

Câmara da Flórida. Ensino superior. HR 233. Arquivado em 12 de janeiro de 2021. Disponível em: <https://www.flsenate.gov/Session/Bill/2021/233/BillText/er/PDF>. Acesso em 21 de mar de 2024.

Florida House. Liberdade individual. HR 7. Arquivado em 11 de janeiro de 2022. Disponível em: <https://www.flsenate.gov/Session/Bill/2022/7/BillText/er/PDF>. Acesso em 21 de mar de 2024 .

Senado da Flórida. Educação pós-secundária. S 7044. Apresentado em 3 de fevereiro de 2022. Disponível em: <https://www.flsenate.gov/Session/Bill/2022/7044/BillText/er/PDF>. Acesso em 21 de mar de 2024.

Câmara da Flórida. Instituições educacionais pós-secundárias. HR 999. Arquivado em 21 de fevereiro de 2023. Disponível em:

<https://www.flsenate.gov/Session/Bill/2023/999/BillText/c2/PDF>. Acesso em 21 de mar de 2024.

Senado da Flórida. Registros públicos e reuniões públicas. S 520. Arquivado em 18 de outubro de 2022. Disponível em: <https://www.flsenate.gov/Session/Bill/2022/520/BillText/er/PDF>. Acesso em 21 de mar de 2024.

Senado da Flórida. Ensino superior. S 266. Apresentado em 7 de março de 2023. Disponível em: <https://www.flsenate.gov/Session/Bill/2023/266/BillText/er/HTML>. Acesso em 21 de mar de 2024.

Senado do Missouri. Estabelece a "Do No Harm Act" (Lei Não Causa Danos) relacionada a requisitos de inclusão de patrimônio líquido diversificado. S 410. Apresentada em 4 de janeiro de 2023. Disponível em: https://legiscan.com/MO/text/SB410/id/2772837/Missouri-2023-SB410-Comm_Sub.pdf. Acesso em 21 de mar de 2024.

Senado de Ohio. Promulga a Lei de Aprimoramento do Ensino Superior de Ohio. S 83. Apresentada em 14 de março de 2023. Disponível em: https://search-prod.lis.state.oh.us/solarapi/v1/general_assembly_135/bills/sb83/RH/03/sb83_03_RH?format=pdf. Acesso em 21 de mar de 2024.

Equipe. 2023. Governor DeSantis Announces Legislative Proposal to Stop W.O.K.E. Activism and Critical Race Theory in Schools and Corporation (Governador DeSantis anuncia proposta legislativa para impedir o ativismo W.O.K.E. e a teoria racial crítica em escolas e empresas). Comunicado à imprensa. 15 de dezembro de 2023. Disponível em:

<https://www.flgov.com/2021/12/15/governor-desantis-announces-legislative-proposal-to-stop-w-o-k-e-activism-and-critical-race-theory-in-schools-and-corporations/>. Acesso em 21 de mar de 2024.

Senado do Texas. Relativo à posse e ao emprego de membros do corpo docente em determinadas instituições públicas de ensino superior. S 18. Apresentada em 10 de março de 2023.

Disponível em: <https://capitol.texas.gov/tlodocs/88R/billtext/pdf/SB000181.pdf>. Acesso em 21 de mar de 2024.

Câmara do Tennessee. UM ATO para emendar o Código do Tennessee Anotado, Título 49, relativo à comissão de educação superior do Tennessee. HR 1115. Introduzido em 31 de janeiro de 2023. Disponível em: <https://legiscan.com/TN/bill/HB1115/2023>. Acesso em 21 de mar de 2024.

Trump, Donald. "Executive Order on Combating Race and Sex Stereotyping" (Ordem Executiva de Combate a Estereótipos de Raça e Sexo), emitida em 22 de setembro de 2022. Disponível em:

<https://trumpwhitehouse.archives.gov/presidential-actions/executive-order-combating-race-sex-stereotyping/>. Acesso em 21 de mar de 2024

Walker, Mark. "Order Granting in Part and Denying in Part Motions for Preliminary Injunction," em Leroy Pernell, et al. v. Florida Board of Governors of the State University System, et al. (Processo nº: 4:22cv304-MW/MAF) e Adriana Novoa, et al. v. Manny Diaz, JR., et al. (Processo nº: 4:22cv324-MW/MAF) no United States District Court Northern District of Florida Tallahassee Division. Arquivado em 17 de novembro de 2022. Disponível em:

<https://s3.documentcloud.org/documents/23310524/doc-044-order-granting-mot-for-pre>

[lim-inj.pdf](#). Acesso em 21 de mar de 2024.

Young, Jeremy C., Jeffrey Adam Sachs e Jonathan Friedman, ""America's Censored Classrooms", *PEN America*, 17 de agosto de 2021.

Disponível em: <https://pen.org/report/americas-censored-classrooms/>. Acesso em 21 de mar de 2024.

[1] Texto desenvolvido no âmbito da pesquisa: '*Anti-CRT Bills Come to Campus: Documenting and Analyzing Emerging Threats to Free Expression and Academic Freedom from State Legislatures*', vinculada a Carleton College, e traduzido para o português. Para maiores informações: <https://freespeechcenter.universityofcalifornia.edu/fellows-22-23/anti-crt-bills-come-to-campus-documenting-and-analyzing-emerging-threats-to-free-expression-and-academic-freedom-from-state-legislatures/>

[i] Há 12 universidades públicas na Flórida, que atendem a mais de 430.000 alunos. A Flórida também tem 28 faculdades estaduais e comunitárias, que matriculam cerca de 650.000 alunos.

[ii] Robert E. Lee (1807-1870) foi um general do Exército Confederado (do Sul) durante a Guerra Civil Americana.

[iii] Câmara da Flórida. Ensino superior. HR 233. Arquivado em 12 de janeiro de 2021.

<https://www.flsenate.gov/Session/Bill/2021/233/BillText/er/PDF>.

[iv] Senado da Flórida. Educação pós-secundária. S 7044. Apresentada em 3 de fevereiro de 2022. <https://www.flsenate.gov/Session/Bill/2022/7044/BillText/er/PDF>.

[v] Senado da Flórida. Registros públicos e reuniões públicas. S 520. Arquivado em 18 de outubro de 2022. <https://www.flsenate.gov/Session/Bill/2022/520/BillText/er/PDF>.

[vi] Donald Trump, "Executive Order on Combatting Race and Sex Stereotyping" (Ordem executiva sobre combate a estereótipos raciais e sexuais), emitida em 22 de setembro de 2022. <https://trumpwhitehouse.archives.gov/presidential-actions/executive-order-combating-race-sex-stereotyping/>.

[vii] Câmara da Flórida. Liberdade individual. HR 7. Arquivado em 11 de janeiro de 2022.

<https://www.flsenate.gov/Session/Bill/2022/7/BillText/er/PDF>.

[viii] Senado da Flórida. Ensino superior. S 266. Introduzido em 7 de março de 2023.

<https://www.flsenate.gov/Session/Bill/2023/266/BillText/er/HTML>.

[ix] Associação Americana de Professores Universitários. Declaração de Princípios sobre Liberdade Acadêmica e Posse Acadêmica. 1915.

[x] Associação Americana de Professores Universitários. Declaração de Princípios sobre Liberdade Acadêmica e Posse Acadêmica. 1915. <https://www.aaup.org/NR/rdonlyres/A6520A9D-0A9A-47B3-B550-C006B5B224E7/0/1915Declaration.pdf>.

[xi] Andrew Gothard. "O que acontece na Flórida..." Insider Higher Ed, 6 de fevereiro de 2023. <https://www.insidehighered.com/views/2023/02/07/floridas-public-universities-are-under-assault-opinion>

[xii] Jeffrey Sachs, Jeremy C. Young e Jonathan Friedman, "From Classroom Censorship to Curricular Control," (blog), PEN America, 1º de maio de 2023, <https://pen.org/from-classroom-censorship-to-curricular-control/>

[xiii] Texas Senate. Relating to the tenure and employment of faculty members at certain public institutions of higher education. S18. Introduced on March 10, 2023.

<https://capitol.texas.gov/tlodocs/88R/billtext/pdf/SB000181.pdf>

[xiv] Senado de Ohio. Promulga a Lei de Aprimoramento do Ensino Superior de Ohio. S 83. Apresentada em 14 de março de 2023. https://search-prod.lis.state.oh.us/solarapi/v1/general_assembly_135/bills/sb83/RH/03/sb83_03_RH?format=pdf.